A extensão como potencializadora do ensino: uma análise do projeto "Ações para Integração Social de Moradores de Rua na Cidade de Catalão, Goiás"

Breno Augusto Ribeiro Ramos[1], Marcos Jungmann Bhering[2], Paulo Vitor Teodoro de Souza[3]
[123] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
[1] – breno23algusto@hotmail.com, [2] – marcos.bhering@ifgoiano.edu.br,
[3] – paulovitorteodoro@yahoo.com.br

Linha de trabalho: Gestão e ações no/sobre ambiente escolar.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo avaliar o papel da extensão como potencializadora do ensino a partir do projeto "Ações para Integração Social de Moradores de Rua na Cidade de Catalão, Goiás", desenvolvido por estudantes e professores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano, no campus da cidade de Catalão, Goiás. Argumenta-se que, por meio de atividades de extensão, é possível apreender conhecimentos vivências que muitas ultrapassam os limites curriculares. Para tanto, serão abordados os processos formativos vivenciados pelos educandos e docentes no decorrer das atividades do projeto até o momento.

Palavras-chaves: Extensão; moradores em situação de rua; dependentes químicos

Apresentação

Este trabalho se propõe a analisar o potencial das atividades de extensão como ferramenta capaz de potencializar e integrar os conteúdos e temas abordados nos diversos campos disciplinares lecionados nas escolas de Ensino Médio. Para tanto, ancora-se no estudo de caso do projeto de extensão "Ações para Integração Social de Moradores de Rua na Cidade de Catalão, Goiás", em andamento no Campus Avançado Catalão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. Estão envolvidos no projeto em questão dois estudantes e dois professores, atuando como orientador e coorientador e o projeto se iniciou

em julho de 2015, tendo sido aprovado em primeiro lugar em processo seletivo interno ao IFGoiano e agraciado com uma bolsa de estudos. Vale destacar que o projeto em questão nasceu da iniciativa dos próprios alunos que, após vivenciarem situações com moradores de rua na cidade, propuseram uma proposta de intervenção junto ao professor de sociologia.

Mas o que é extensão? Os Instituto Federais, assim como as universidades em geral, fundamentam suas ações na tríade *ensino, pesquisa e extensão*. Assim, para além das atividades de sala de aula propriamente dita, há o incentivo para que professores e estudantes se envolvam em ações de pesquisa e extensão. Enquanto a pesquisa volta-se para o desenvolvimento de novos conhecimentos, a extensão tem como foco a ampliação dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas na instituição para além de suas fronteiras. Acreditamos, no IFGoiano – Campus Catalão, que por meio da extensão é possível estreitar os laços com a comunidade e participar de forma ativa do desenvolvimento local.

Detalhamento das atividades

O projeto acima referido tem como objetivo geral o amparo a cidadaos em situação de rua, por meio de ações de conscientização de direitos a serviços básicos de saúde, assistência e seguridade social, bem como suas inserções ou reinserções produtivas e/ou reintegração familiar. Para tanto, propõe a mobilização da comunidade escolar e de setores da sociedade que por ventura estejam interessados em estabelecer parcerias.

As atividades do projeto, inicialmente, visam à formação teórica e prática dos integrantes da equipe. Além das atividades formativas, o projeto contempla ações visando a prospecção de novas parcerias, o desenvolvimento de um website, a realização de palestras internas e externas sobre o tema; a realização de uma exposição e de um fórum público de debates; e a coleta de dados para subsidiar ações de maior escala em uma segunda fase do projeto.

Resultados preliminares:

Como resultados preliminares apresentaremos abaixo a contribuição formativa que as atividades do projeto propiciaram para os estudantes e docentes envolvidos. Dividiremos o processo formativo em a) complementação teórica curricular; b) envolvimento com movimentos sociais locais; c) formação teórico-prática com parceiros externos.

a) Complementação teórica curricular:

Ao longo da vigência do projeto, os estudantes necessitam se apropriar de temas relacionado às áreas do Serviço Social, Sociologia, Antropologia e Ciência Política, além da leitura de legislação específica e correlata ao tema. Merecem destaque o estudo minucioso de leis como a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua, de 2009, o Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, de 2008, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, e a Constituição Federal. A importância da apropriação da legislação pertinente ao projeto consiste no esforço de atuar em sintonia com o seu cumprimento.

No campo da leitura dos textos teóricos, vale ressaltar o trabalho de Tiago Lemões "**Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras:** diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno 'população em situação de rua'", nos fornece importante subsídio para a reflexão sobre os laços familiares que permeiam a vida das populações em situação de rua. Segundo o autor, não é possível nos prendermos a concepções de moradia e famílias estanques, na medida em que a moradia de muitos "moradores" de rua define-se pela fluidez. Em seu estudo, em determinados momentos muitas pessoas analisadas estão em situação de rua e, em outros, estão próximos às suas famílias. (da Silva, 2012)

O autor trata ainda do uso de drogas, especificamente o crack, que perpassa o cotidiano de grande parte dos moradores de rua. Segundo o autor, deve-se fugir de relações causais diretas sobre uso de drogas como causa ou consequência direta para a ida à Rua. (da Silva, 2012) Frequentemente o uso de drogas se consubstancia como consequência direta de famílias desestruturadas e que leva pessoas à situação de rua. Em outros momentos, o uso de drogas emerge como fruto da vivência na rua. Para o interesse do projeto, o artigo, na área da antropologia, nos insta a observarmos a especificidade dos laços familiares e de vinculação de moradia de cada pessoa em análise na cidade de Catalão.

Por fim, vale destacar os processos formativos oferecidos pelos próprios professores, que ultrapassam os conhecimentos tradicionalmente lecionados nos campos disciplinares específicos. Destacam-se as discussões sobre a estrutura do Estado e a divisão dos poderes, que fornecem a ideia geral sobre quais são os entes federativos e poderes responsáveis pela consecução de políticas nas áreas de assistência às populações em situação de rua. No caso, o poder executivo municipal de Catalão, ou seja, a Prefeitura, por meio de sua Secretaria de Ação Social, é o organismo mais responsável, o que não exime as responsabilidades do Estado e do Governo Federal. De acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua, de 2009:

> Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio. (BRASIL, 2009)

Vale ainda pontuar que os três poderes possuem funções típicas e atípicas. Nesse sentido, o poder executivo, por exemplo, pode legislar e julgar; o legislativo administrar e julgar (vide uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito); e o judiciário administrar e

legislar (nesse caso, as súmulas expedidas pelo Supremo Tribunal Federal podem ser tomadas como exemplo).

Igualmente importante foi a discussão sobre estudo de ponta na área da neurociência e dependência química. Destacam-se as discussões sobre as teorias de Carl Hart, neurocientista americano que advoga pela descriminalização das drogas e que se tratam de uma consequencia de um contexto de pobreza, exclusão e de uma polítca anti-drogas falha. Em sua argumentação, 80% a 90% das pessoas usuárias de drogas como o crack em suas pesquisas não poderiam ser classificadas como usuária de drogas. (CARTA MAIOR, 2014) Nesse sentido, podemos inferir que a cessão do uso de substâncias psicoativas por parte da população em situação de rua vincula-se diretamente com a promoção e garantia de direitos garantidos nas legislações analisadas.

b) Envolvimento com os movimentos sociais locais e engajamento sócio-comunitário:

Segundo a Política Nacional para a População em Situação de Rua, de 2009 é previsto que se formem conselhos intersetoriais municipais para a efetivação da política nacional em nível local. De acordo com a legislação:

> Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população. (BRASIL, 2009)

Seguindo essa orientação, além da articulação com entidades envolvidas com a questão da população em situação de rua, previu-se no projeto a criação de um fórum local público de debates na cidade, com vistas a envolver as comunidades interna (pais, estudantes

e alunos) e externa (pessoas e entidades interessadas) ao IFGoiano, assim como organizações já envolvidas com a questão.

c) Formação teórico-prática com parceiros externos ao projeto:

A referida articulação com parceiros externos, além de vislumbrar a formação de um fórum local, aos moldes do comitê intersetorial local previsto na PNPSR/2009, é essencial para o desenvolvimento do projeto. Por meio da articulação, em especial, com duas entidades locais, a equipe pode adquirir formação prática e teórica, em especial em técnicas de abordagem de moradores em situação de rua. As informações obtidas em reuniões com as entidades Amor Exigente e o Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra (NATA) foram e são essenciais para o projeto, visto que uma das maiores preocupações foi o contato direto com os moradores de rua, já que grande parte dessa população é usuária de drogas psicoativas. Nesse sentido, este apoio tem oferecido formação social e humana aos colaboradores do projeto. Vale ainda destacar que a associação entre entidades públicas e privadas sem fins lucrativos está prevista na PNPSR/2009, tal como abaixo apresentado. Tal definição se orienta no trabalho que entidades sem fins lucrativos desempenham historicamente no amparo a pessoas em situação de rua.

> Art. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Considerações finais:

Por tudo o que foi colocado acima, percebemos as possibilidades que as atividades de extensão permitem para o desenvolvimento omnilateral dos estudantes, na medida em que o

permite uma formação ampla. A extensão, sendo atividade de natureza voluntária praticada pelos estudantes, possibilita o desenvolvimento de novas competências, apreensão de novos conteúdos, assim como formação política e engajamento social nas questões que mobilizam a comunidade em que a escola está inserida. Especificamente para o ensino técnico, foco dos Institutos Federais, as atividades de extensão possibilitam a complementaridade com a formação das competências que a habilitação exige. Por fim, vale destacar que o objetivo final deste projeto, além da mobilização da comunidade catalana para a questão dos moradores em situação de rua, é o de fortalecer o envolvimento sócio comunitário dos estudantes, professores e da instituição.

Referências:

. AS DROGAS não são o problema: entrevista com o neurocientista Carl Hart. CARTA MAIOR. 15/01/2014 Acesso em 23/08/2015 http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FDireitos-Humanos%2F-As-drogas-nao-sao-o-problema-entrevista-com-o-neurocientista-Carl-Hart-%2F5%2F30021

.BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Acesso em 20/07/2015 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

.BRASIL. Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília/DF, 2008

. BRASIL. Decreto n.7053. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e Comitê Intersetorial de Acompanhamento. 23 de Dezembro de 2009. Acesso em 02/06/2015 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

. da Silva. Tiago Lemões. "Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno 'população em situação de rua'" In **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V**ol. IX, número 17/18. Pelotas, RS: